

CPI vai pedir mais rigor no combate à corrupção

Deputados devem enviar sugestão de Projeto de Lei ao Congresso Nacional

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada na Assembleia Legislativa de SC (Alesc) para investigar a compra de 200 respiradores com pagamento antecipado de R\$ 33 milhões deverá produzir pelo menos três relatórios ao final dos trabalhos. O principal é o que aponta a responsabilização de cada agente público na aquisição dos equipamentos.

Segundo o relator da Comissão, deputado Ivan Naatz (PL), o objetivo "é identificar os culpados e fazer um julgamento político do processo". No futuro, o documento será enviado ao Ministério Público para "mostrar aqueles que achamos que devem ser responsabilizados", diz. Isso inclui funcionários públicos que poderiam ter



FÁBIO QUEIROZ/AGÊNCIA AL

Comissão acelerou cronograma para mostrar resultados em meio à investigação criminal

impedido a compra, mas não o fizeram. "Quando uma pessoa tem a obrigação de ver e não viu, ela é culpada igual. O crime de omissão é tão pesado quanto o crime de participação", acrescentou.

Um segundo documento tem o objetivo de prevenir casos semelhantes no futuro. Os deputados devem assinar um esboço de projeto de lei a

ser enviado ao Congresso Nacional com sugestões para endurecer a pena contra condenados por corrupção, como prisão sem progressão de regime e reparação patrimonial para além do condenado. Segundo a CPI, o texto está sendo construído pela equipe técnica da Assembleia e deve ficar pronto junto aos outros relatórios. "O grande problema de

corrupção no Brasil é que não depende de ações das assembleias. Depende do Congresso Nacional, que há muito tempo precisa dar uma resposta para o Brasil em termos de combate à corrupção. Se a punição for insignificante, vai continuar acontecendo", disse Naatz.

Além disso, a CPI também trabalha em um novo protocolo para compras o Estado. Durante as investigações, foram constatadas falhas de fiscalização, de segurança, e no sistema interno da Secretaria de Saúde. "Na teoria, era para funcionar como um relógio a compra do Estado, mas [os mecanismos de segurança] não foram utilizados. Quem perde é o cidadão", disse Sargento Lima (PSL), presidente da Comissão.

58,3% das lojas de SC vendem também pela internet

Segundo levantamento feito pela Federação das CDLs (FCDL/SC), a maioria (58,3%) das empresas de varejo do Estado estão trabalhando com vendas presenciais e pela internet, enquanto 34,4% trabalham apenas como loja física. A pesquisa ainda mostrou que 66,6% dos comerciantes estão com funcionários afastados por conta da pandemia, e

que, apesar da queda nas vendas, 70,2% afirmaram que não vão precisar contrair empréstimos. Para o presidente da FCDL/SC, Ivan Roberto Tauffer, os números mostram a capacidade do empresário diante da crise. "Os empreendedores catarinenses têm a capacidade de superar obstáculos em seu DNA e sairão mais fortes deste momento", disse.

Exportações de soja cresceram 60,5% em 2020

Segundo dados do Ministério da Economia, nos cinco primeiros meses do ano, Santa Catarina exportou 1,14 milhão de toneladas de soja, o que representa um crescimento de 60,5% em relação às 711 mil toneladas do grão exportadas no mesmo período do ano passado. O faturamento também acompanhou este crescimento. De janeiro a maio,



FELIPE GÖTZ / O CELEIRO

o valor obtido com as vendas para o comércio exterior foi de US\$ 387 milhões, alta de 54,9% em relação aos US\$ 249 milhões registrados em 2019.

Jorginho Mello apresenta Pronampe em reunião virtual realizada pela Fecomércio/SC

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de SC (Fecomércio/SC) realizou na última segunda-feira (8) uma videoconferência com o senador Jorginho Mello (PL) para apresentar as novidades do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A lei que rege o programa já foi sancionada, mas o Congresso ainda analisará vetos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O objetivo é conceder crédito para micro e pequenas empresas a partir de um



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

fundo do governo federal de R\$ 15,9 bilhões. Esse valor servirá como garantia para que o recurso seja contratado. "Com todo o respeito aos bancos, mas banco não gosta de correr risco. E o remédio muito tardio não adianta mais", disse Jorginho. A lei prevê a liberação do equivalente

a até 30% da receita bruta da empresa relativa a 2019, com prazo de até 36 meses e juro de 1,25% mais a taxa Selic ao ano. Para o presidente da Fecomércio/SC, Bruno Breithaupt, a medida contribui para desafogar a grande necessidade por crédito das empresas no país.

Produzir é uma arte

No ano em que completamos 70 anos, nossa homenagem aos industriais e trabalhadores, os verdadeiros artistas que ajudarão a reinventar e construir uma Santa Catarina cada vez melhor.

FIESC 70 ANOS
INDÚSTRIA, ESTADO DA ARTE

Acesse e saiba mais fiesc.com.br/70anos